

## TRAGÉDIA NO SUL

## » Entrevista | CELSO PANSERA | PRESIDENTE DA FINEP

Acredita nos investimentos em pesquisas para prevenir tragédias ambientais, como a do Rio Grande do Sul, pois as empresas demonstram interesse em aplicar nos projetos socioambientais, a exemplo da descarbonização

# Ciência é apoio à sustentabilidade

» ÁNDREA MALCHER

**A** Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), conhecida como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) da ciência no Brasil, vive um momento de retomada. Em 2024, com orçamento recorde de R\$12,6 bilhões, planeja investir em projetos de inovação e sustentáveis para cumprir a meta do governo Lula de reindustrializar o país, com responsabilidade ambiental. O presidente da Finep, Celso Pansera, ratifica ao **Correio** o compromisso de cumprir o Acordo de Paris, que busca reduzir a emissão de poluentes drasticamente até 2030.

Diante de tragédias ambientais, como a do Rio Grande do Sul, o ex-ministro da Ciência, Tecnologia

e Inovação da gestão Dilma Rousseff ratifica a determinação de alinhar os projetos científicos com ações de responsabilidade socioambientais, retomando investimentos paralisados durante o governo Bolsonaro, de acordo com ele. Como exemplo, citou o repasse de R\$ 50 milhões para o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

“Eu acredito que nós teremos tempo para repor as coisas em pé”, ressalta. “Temos recursos e demanda para isso — demanda qualificada. Pessoas, empresas, organizações com projetos consistentes para aplicar no setor”, acrescenta. “Nós já temos um clima alterado e esse clima já está gerando efeitos, temos que tentar antecipá-los.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

## Qual é o cenário dos investimentos em inovações científicas e pesquisas?

De 2016 até 2021, houve uma redução drástica no investimento no setor, praticamente chegando a zero em 2020. Em 2022, deu uma reagida pequena via Finep, por conta de uma mudança na lei que nós ajudamos a oposição a aprovar no Congresso. É a lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O (ex-presidente, Jair) Bolsonaro vetou o projeto, e a gente derrubou (o veto). Em 2023, esse fundo arrecadou R\$ 12 bilhões, e nós gastamos R\$ 10 bi. Nós temos um fundo que é hoje inédito do ponto de vista da ciência brasileira, nunca teve um volume tão grande de recursos disponíveis para isso.

## Como esse recurso é distribuído?

Metade desse dinheiro vai para projetos, como laboratórios para universidades, compras de equipamento e infraestrutura. Também uma parte significativa vai para a subvenção. Outra metade vai para os recursos retornáveis, que é o que nós empresta-

mos para as empresas para projetos de inovação. O que houve de modificação é que o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) mudou a taxa com o qual nós cobramos os juros, deixando de ser TJ (Taxa de Juros de Longo Prazo) para ser TR (Taxa Referencial), então, o juro anual caiu de 6% a 7% para 1,5%, 1,6%, 1,7% ao ano. Nós temos mais recursos, num volume melhor, mas também com taxas mais atraentes para que as empresas que investem em inovação busquem os recursos da Finep. Do ponto de vista da estratégia de ação, que mudou bastante também, é que o governo tomou essa decisão de reindustrializar o Brasil.

## Há um diálogo entre o projeto de reindustrialização e as mudanças climáticas no Brasil?

Estamos investindo bastante em projetos que trabalham com descarbonização, tanto produzindo energia com mais baixo carbono como também motores que giram essa economia consumindo menos energia e energia de mais baixo carbono e também sequestrando o carbono. (Planejamos) zerar o desmatamento, depois

começar a reflorestar, mas também tem que produzir uma economia com carbono mais baixo. A Finep entrou nesse processo, financiando projetos. Nós já temos um clima alterado e esse clima gera efeitos, temos que tentar antecipá-los.

## Dos projetos que receberam apoio da Finep, quais se destacam?

O investimento no sistema Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) para ampliar o número de cidades atendidas com o centro de monitoramento e também a nossa capacidade de processamento dessas informações. O computador capta essas informações, aplica os modelos matemáticos e nos alertar se vai ter menos chuva ou chuva demais, ou chuva concentrada, ou frio. Óbvio que isso tem um processo, não se faz isso de ontem para hoje. Tem que modernizar os radares que já existem. Instalar os novos radares e comprar um computador — que é uma coisa demorada. O caminho é o da ciência, que demora um pouquinho para você chegar lá e fazer isso funcionar. É o caso da startup

Agência Câmara



O caminho é o da ciência, que demora um pouquinho e fazer funcionar. É o caso da startup de Porto Alegre, que ajuda a medir o nível da água

de Porto Alegre, que ajuda a medir o nível da água de rios, lagoas e lagos, e entrou em colapso o sistema que existia anteriormente. Eles estão usando esse sistema.

## Como essa reindustrialização proposta se alinha à nova realidade socioambiental?

Há uma união do Banco do Brasil, BNDES e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para ampliar as linhas de financiamento para a nova indústria Brasil, com linhas de financiamento para a área de descarbonização da economia. Existe um esforço de

investimento. (Por parte das) empresas há muitos projetos bons. O Brasil tem uma meta, nós vamos ajudar o Brasil a cumprir a meta do Acordo de Paris. Estamos entrando tardiamente no que deveria estar mais avançado. Há situações que não dependem da Finep, mas a parte de monitoramento de desastres e de compreender os modelos, nós podemos ajudar e estamos. Produzir novas tecnologias, ao mesmo tempo que a gente torna o Brasil novamente um país industrializado, com relevância da indústria na economia. Fazer com que isso de forma sustentável. As empresas de fato estão nos procurando com bons projetos. Estamos com 11 editais de subvenção destinados às empresas, no total de R\$ 2,1 bilhões, tendo como exigência a participação de universidades.

## O vácuo de investimentos pode ter contribuído para as tragédias, como a do Rio Grande do Sul?

É preciso melhorar a estrutura de dados no Brasil. Estamos começando, do ponto que nós encontramos há um ano porque por 6 anos, ficou sem investimento e isso impacta. Vai se deteriorando

aquilo que existe. O mundo assumiu uma velocidade enorme: a China puxou a tecnologia e os países da Ásia se modernizaram muito e puxaram as outras nações. O tamanho da nossa economia e o tamanho da nossa ciência permite que nós tenhamos uma economia, uma nação, mais inovadora, tem potencial para isso. Recuperar isso não é tarefa fácil, mas acredito que nós teremos tempo para repor as coisas em pé, em um patamar bastante interessante porque temos recursos e temos demanda qualificada — pessoas, empresas, organizações com projetos consistentes para aplicar no setor.

## Será que o Brasil chega atrasado ao processo de economia associada à responsabilidade socioambiental?

Em 2010, o Brasil foi protagonista, criou uma legislação de meio ambiente muito boa, melhorou as questões das patentes, mesmo não sendo o país mais avançado na economia. Depois, foi se perdendo. Mas estamos retomando porque o Brasil se torna referência, estamos ganhando de novo velocidade, protagonismo e relevância num cenário global.



SÉRGIO ABRANCHES

**"LULA PARECE IMAGINAR QUE BASTA COMBATER O DESMATAMENTO PARA O BRASIL SE MANTER NA VANGUARDA E NA LIDERANÇA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA"**

## Contradições à esquerda e à direita

A tragédia do Rio Grande do Sul mostrou o conflito insanável entre a visão dominante de “desenvolvimento” e os limites ambientais. Foi nosso primeiro macrodesastre socioclimático. Definiu novo perfil de eventos climáticos extremos causado pelo patamar de aquecimento global inaugurado em 2023. Nem todos os eventos climáticos terão a mesma intensidade devastadora. Aqueles determinados apenas por condições locais não terão a mesma magnitude. Mas a nova marca é global e a confluência planetária de condições propiciadoras de megaeventos extremos será mais frequente e determinará outros desastres como o do Rio Grande do Sul ou piores.

O presidente Lula acertou na atitude, no apoio emergencial e de reconstrução do estado devastado. Porém, parece não querer ajustar as diretrizes de seu programa de “desenvolvimento” às exigências des-

te novo tempo. As contradições entre o seu comprometimento ambiental e climático e sua concepção do que é desenvolvimento são evidentes. Ele insiste em forçar a Petrobras a direcionar a maior parte de seus recursos à reestatização de refinarias que servem apenas à expansão da carbonização da sociedade e à exploração de petróleo no mar do Amazonas.

Um erro estratégico, climático e ambiental. Como representante do acionista majoritário, Lula faria melhor em indicar que a nova prioridade seria a transição da Petrobras para uma companhia de energia, programando investimentos para a substituição progressiva do petróleo pelos biocombustíveis, (energia) solar.

Entre as prioridades incompatíveis com o compromisso de desmatamento zero na Amazônia, está a pavimentação da BR-319, que levará a conhecida destruição em espinha de peixe para regiões mais preservadas da

floresta. Espinhas de peixe aparecem com nitidez nas imagens de satélite da região com os cortes transversais da mata ao longo das estradas.

Também não se pode considerar parte do progresso a Ferrogrão, ferrovia que desrespeita os limites de terras indígenas, que são notórias por manterem a floresta muito mais preservada do que as unidades de preservação federais e estaduais. Progresso antiambiental e anticlimático é o seu contrário, regresso.

Lula parece imaginar que basta combater o desmatamento para o Brasil se manter na vanguarda e na liderança do processo de prevenção à mudança climática. Não é. Nossa matriz elétrica é mais limpa por causa das hidrelétricas e do crescimento significativo do uso de energia eólica e solar. Mas nossa matriz energética é fóssil, com excesso de uso de petróleo nos transportes.

Nossa logística de grande distância é rodoviária, movida a diesel.

E insistimos no rodoviarismo insustentável sem buscar a eletrificação eficiente de nossas ferrovias, que deviam ser expandidas para transportar cargas e passageiros a longa distância. Também não temos planos para eletrificar nossos transportes públicos urbanos e interurbanos. Desperdiçamos a vantagem de termos melhores condições para descarbonizar o Brasil que a maioria dos países.

O líder do PT na Câmara acaba de propor projeto com uma cláusula que garante térmicas a carvão nos leilões de reserva de energia. Quer carbonizar mais nossa matriz elétrica, em lugar de descarbonizar.

As contradições entre a noção de desenvolvimento e o imperativo de conter o aquecimento global nos limites do Acordo de Paris, de 1,5 grau Celsius, não são monopólio da esquerda. Nem preciso mencionar o bizarro negacionismo de Bolsonaro e seu séquito de “fakenews”.

O governador do Rio Grande

do Sul, Eduardo Leite, desfigurou o código ambiental com centenas de mudanças, segundo ele disse na televisão, “para conciliar desenvolvimento e meio ambiente”. É a desculpa usual daqueles que não veem a questão ambiental e climática como prioridade na definição do desenvolvimento a buscar. Afirmou que viu os alertas de eventos extremos, mas “tinha outra agenda, outras pautas, outras prioridades”. Pois é.

As comportas emperradas, as bombas inoperantes arrasaram boa parte do estado. A ausência de medidas de prevenção de alcance estadual cuidou de destruir o restante. Quantos desastres, mortes, cenizas devastadoras, perdas irrecuperáveis serão necessárias para que a elite governante do Brasil reconheça que o único caminho é definir a questão climática e ambiental como elemento central do que será desenvolvimento? Isto não nos retira do novo patamar de aquecimento nem nos livra de eventos extremos, mas nos dá a chance de reduzir sua frequência e nos tornarmos mais resilientes.